

Paulo Henrique Faria Nunes

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Introdução Crítica

**2^a Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9028-7



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Nunes, Paulo Henrique Faria.
 N972 Direito internacional público: introdução crítica./
 Paulo Henrique Faria Nunes./ 2^a edição./ Curitiba:
 Juruá, 2019.
 512p.

1. Direito internacional público. I. Título.

CDD 341.1 (22.ed.)
 CDU 341.1

00039

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	15
Capítulo I – SOCIEDADE INTERNACIONAL	19
1.1 A VIDA HUMANA EM AGRUPAMENTOS	19
1.2 A SOCIEDADE INTERNACIONAL	24
Capítulo II – INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	35
2.1 ELEMENTOS GERAIS.....	35
2.2 PRINCIPAIS ETAPAS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (ESPÉCIES DE BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS).....	41
2.2.1 Zona de Livre Comércio.....	42
2.2.2 União Aduaneira.....	47
2.2.3 Mercado Comum	50
2.2.4 União Econômica e Monetária	53
Capítulo III – INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	57
3.1 CONCEITO E FINALIDADE	57
3.1.1 Direito de Integração e Direito Comunitário	63
3.1.2 Direito Internacional Privado (<i>Conflict Law</i>)	65
3.1.3 <i>Hard Law</i> e <i>Soft Law</i>	67
3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	69
3.3 FUNDAMENTO.....	74
Capítulo IV – SUJEITOS.....	77
4.1 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	77
4.2 SUJEITOS <i>SUI GENERIS</i>	81
4.2.1 Santa Sé (Vaticano)	81
4.2.2 Comitê Internacional da Cruz Vermelha	89
4.2.3 Grupos Insurgentes e Beligerantes.....	91
4.2.3.1 Terrorismo	100

Capítulo V – FONTES: INTRODUÇÃO	113
5.1 CLASSIFICAÇÃO	113
5.2 EQUIDADE (<i>EX AEQUO ET BONO</i>).....	116
Capítulo VI – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO INTERNACIONAL.....	119
Capítulo VII – COSTUMES INTERNACIONAIS	131
Capítulo VIII – ATOS UNILATERAIS.....	137
Capítulo IX – ATOS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	145
Capítulo X – TRATADOS INTERNACIONAIS: INTRODUÇÃO.....	161
10.1 CONCEITO	161
10.2 TERMINOLOGIA.....	166
10.3 CLASSIFICAÇÃO	168
Capítulo XI – TRATADOS: NEGOCIAÇÃO E ELABORAÇÃO DO TEXTO	177
11.1 COMPETÊNCIA NEGOCIAL	177
11.2 CONCLUSÃO DOS TRATADOS: ADOÇÃO E AUTENTICAÇÃO	180
Capítulo XII – TRATADOS: EXPRESSÃO DO CONSENTIMENTO	185
12.1 ASSINATURA	186
12.2 TROCA DE NOTAS.....	187
12.3 RATIFICAÇÃO	189
12.3.1 Ratificação Interna.....	190
12.3.2 Ratificação Internacional	202
12.4 ADESÃO	203
12.5 RESERVA	205
Capítulo XIII – TRATADOS: ENTRADA EM VIGOR, VIGÊNCIA E CESSAR DE EFEITOS	215
13.1 ENTRADA EM VIGOR	215
13.2 REGISTRO E PUBLICIDADE	216
13.3 DENÚNCIA.....	221
13.4 EMENDA	226
13.5 SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DOS TRATADOS	226
Capítulo XIV – VALIDADE E APLICABILIDADE DOS TRATADOS NO DI- REITO INTERNO	229
14.1 ELEMENTOS GERAIS.....	229
14.2 A VALIDADE DOS TRATADOS NO SISTEMA JURÍDICO BRASI- LEIRO	233

Capítulo XV – ESTUDO DE CASO: A POLÍTICA ESPACIAL BRASILEIRA E OS ACORDOS SOBRE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS REFERENTES AO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA.....	249
15.1 A POLÍTICA ESPACIAL BRASILEIRA	249
15.2 <i>MISSILE TECHNOLOGY CONTROL REGIME – MTCR</i>	252
15.3 OS ACORDOS SOBRE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS REFERENTES AO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	255
15.3.1 Brasil-EUA.....	256
15.3.2 Brasil-Ucrânia.....	260
15.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
Capítulo XVI – SENTENÇAS ESTRANGEIRAS E CARTAS ROGATÓRIAS	265
16.1 SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	265
16.2 CARTAS ROGATÓRIAS	276
Capítulo XVII – O ESTADO	283
17.1 SOBERANIA.....	284
17.1.1 Características.....	286
17.1.2 Fonte, Extensão e Titularidade da Soberania.....	289
17.2 RECONHECIMENTO.....	293
17.2.1 Reconhecimento de Governo.....	299
17.3 DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS.....	307
17.3.1 Intervenção	309
17.3.2 Legítima Defesa.....	316
17.4 RESPONSABILIDADE DO ESTADO	319
Capítulo XVIII – TERRITÓRIO	327
18.1 TERRITÓRIO: ELEMENTOS GERAIS	327
18.2 OS RECURSOS NATURAIS E O CONCEITO DE TERRITÓRIO	335
18.3 AS DIVISÕES DO TERRITÓRIO ESTATAL.....	341
18.3.1 Domínio Terrestre.....	341
18.3.2 Domínio Aquático	345
18.3.2.1 Domínio fluvial.....	345
18.3.2.2 Domínio marítimo.....	348
18.3.3 Domínio Aéreo e Espaço Ultraterrestre	352
18.4 BIODIVERSIDADE: A ÚLTIMA FRONTEIRA NA TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO	354

Capítulo XIX – NACIONALIDADE	359
19.1 ESPÉCIES DE NACIONALIDADE	361
19.1.1 Nacionalidade Originária.....	361
19.1.2 Nacionalidade Secundária	371
19.1.2.1 Certificado provisório de naturalização.....	383
19.1.3 Atribuição da Nacionalidade pela Adoção.....	383
19.2 PERDA DA NACIONALIDADE.....	390
19.3 PORTUGUESES NO BRASIL.....	399
Capítulo XX – DA RETIRADA COMPULSÓRIA DO ESTRANGEIRO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	401
20.1 REPATRIAÇÃO E DEPORTAÇÃO.....	402
20.2 EXPULSÃO.....	407
20.3 EXTRADIÇÃO.....	415
20.4 TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS, TRANSFERÊNCIA DE EXECUÇÃO DE PENA, MANDADO DE CAPTURA	429
20.5 ENTREGA AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	440
Capítulo XXI – DO ASILO E DO REFÚGIO.....	445
21.1 ASILO.....	445
21.2 REFÚGIO	449
Capítulo XXII – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES	455
22.1 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS.....	455
22.2 RELAÇÕES CONSULARES	459
Capítulo XXIII – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	463
23.1 NOÇÕES GERAIS	463
23.2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	469
23.2.1 Estrutura	474
23.2.1.1 Assembleia Geral	475
23.2.1.2 Conselho de Segurança	477
23.2.1.3 Conselho Econômico e Social	481
23.2.1.4 Conselho de Tutela.....	481
23.2.1.5 Secretariado.....	482
23.2.1.6 Corte Internacional de Justiça	483
REFERÊNCIAS.....	487
ÍNDICE REMISSIVO	501